

Sinais de recuperação

As estatísticas do final do ano parecem querer convalidar a alegria das festividades: todas estão indicando uma retomada das atividades. A indústria, a partir de outubro, saiu da sua profunda letargia; o comércio varejista teve um Natal muito superior ao de 1991 (o que não significa muito, uma vez que aquele, em decorrência da política salarial da época, foi o pior da nossa história), mas também melhor do que o de 1990. A Bolsa festejou a data com uma alta inimaginável para os não-especialistas e, fato excepcional, a poupança não decresceu apesar do vulto das compras da população. Estaríamos voltando a um novo ciclo, após dois anos de mediocridade?

Existe, certamente, um fator psicológico importante a influir na reação dos agentes econômicos e dos intérpretes da conjuntura. Paradoxalmente, a saída de Gustavo Krause da pasta da Fazenda, defecção que poderia ser interpretada como o início da debandada dos ministros racionais, fortaleceu o titular do Planejamento, Paulo Haddad, e a política que está pregando. E, misteriosamente, o vice-presidente Itamar Franco, às vésperas de ocupar plenamente a Presidência, parece ter-se convencido de que, na política econômica, a heterodoxia é muito perigosa. Aceitou de repente as idéias do seu ministro do Planejamento, interrompendo o convívio com alguns conselheiros irresponsáveis, que tentavam levá-lo a decisões heterodoxas. Ao que parece,

S. Exa. captou bem o resultado das sondagens que atestam sua popularidade. Cumpre-lhe defender uma economia cuja preocupação com o social seja essencial, mas deve cuidar para não cair num populismo que logo se voltaria contra ele à medida que fosse derrubado pela inflação.

Aceitou um plano de curto prazo que havia recusado dias antes e parece estar concordando com um de longo prazo, que mostra a necessidade de se colocar, previamente, a casa em ordem. Afastou uma intervenção intempestiva do Estado na economia e se convenceu de que da paciência depende o êxito na condução da política econômica.

Tal mudança de atitude — não se sabe se duradoura — ocorreu num momento muito favorável ao pleno efeito dos fatores psicológicos.

No plano político, o governo conseguiu um início de aprovação da sua reforma tributária, com a aceitação, pelo Congresso, da lei que modifica o Imposto de Renda das pessoas jurídicas. Não acreditamos que se trate de uma reforma positiva, mas, para o Estado, ela significa maiores receitas. Além disso, o Planalto não perdeu a esperança de que a sua reforma mais ampla seja aprovada em 1993 com aplicações efetivas em meados do exercício.

O fato mais importante, no entanto, foi a



grande liquidez que se verificou no final do ano, permitindo uma retomada da demanda numa fase em que reinava verdadeiro desespero entre as entidades de classe. A concentração dos dissídios das grandes categorias iniciou o movimento que propiciou a recuperação do poder aquisitivo, sensivelmente corroído, nos meses anteriores. E isso num clima de inflação alta que, naturalmente, favorece os reajustes de preços. Por outro lado já existia uma poupança importante (a partir da liberação dos cruzados novos) que, num clima de incerteza, os assalariados haviam acumulado. A definição de uma nova política salarial para 1993 estimulou ainda mais as compras.

Os sinais de recuperação são incontestáveis: a indústria reduziu sua capacidade ociosa, não conseguindo até, em certos casos, atender às demandas de última hora por não estar preparada para uma retomada duradoura dessa procura. O comércio, já em novembro, experimentou uma reativação das suas vendas, fato que se confirmou em dezembro. Finalmente, a manutenção de exportações volumosas, apesar de um clima internacional pouco favorável, contribuiu para modificar as previsões.

Não se pode ignorar os fatores suscetíveis de rapidamente alterar o panorama. A

liquidez se estabeleceu, a partir de novembro, por um retorno do déficit do Tesouro, o que explica, além da distribuição do 13º salário, uma escalada da demanda sem redução da poupança. Impõe-se ao governo aproveitar esse impacto favorável para corrigir alguns rumos.

Inicia-se um processo de redução da taxa de juros, o que se reconhece essencial à retomada dos negócios. No entanto, é necessário que a queda destes dias se realize naturalmente, em função do excesso de liquidez e não por intervenções artificiais. Enquanto existir uma dívida interna tão avultada por sofrer uma rolagem diária, não se pode esperar o retorno de uma taxa de juros baixa. Se o governo conseguir reconquistar a confiança do público, será possível, com o oferecimento de algumas garantias, alongar progressiva e voluntariamente o prazo dessa dívida. Os efeitos das boas vendas do fim de ano levarão o governo a ampliar suas receitas, mas dele se esperam sinais indiscutíveis da sua intenção de reduzir seus gastos. Não se pode ignorar o impacto do aumento dos vencimentos do funcionalismo em janeiro... Na aceleração do processo inflacionista está o maior perigo. O governo terá de convencer a sociedade de que, apesar disso, está decidido a persistir na política ortodoxa.

Esperamos que as idéias do ministro Paulo Haddad possam realmente inspirar a política econômica nos próximos meses.